



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS(AS) PARA OS QUADROS
DE PESSOAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE
OURO PRETO/MG - EDITAL Nº 01/2022

RETIFICAÇÃO Nº 01

O Município de Ouro Preto e o Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa – IBGP RESOLVEM RETIFICAR os o Edital nº 01/2022, de 08/07/2022, e respectivos Anexos I e IV na forma abaixo especificada:

EDITAL Nº 01/2022

ONDE SE LÊ:

2.2.3. Caso surjam novas vagas, durante o prazo de validade do Concurso Público, essas deverão ser somadas às vagas já existentes e, novamente, ser aplicado o disposto nos itens 2.2.1.1 e 2.2.2.1.

LEIA-SE:

2.2.3. Caso surjam novas vagas, durante o prazo de validade do Concurso Público, essas deverão ser somadas às vagas já existentes e, novamente, ser aplicado o disposto nos itens **2.2.1 e 2.2.2.**

ONDE SE LÊ:

4.2.1. As inscrições deverão ser realizadas, exclusivamente, via *internet*, pelo endereço eletrônico **www.ibgpconcursos.com.br**, no *link* correspondente ao certame, no período **das 09h00 do dia 12/09/2022 às 15h59 do dia 10/11/2022**, de acordo com este Edital.

LEIA-SE:

4.2.1. As inscrições deverão ser realizadas, exclusivamente, via *internet*, pelo endereço eletrônico **www.ibgpconcursos.com.br**, no *link* correspondente ao certame, no período **das 09h00 do dia 10/10/2022 às 15h59 do dia 10/11/2022**, de acordo com este Edital.

ONDE SE LÊ:

5.4. Para solicitar a isenção de pagamento de Taxa de Inscrição, o candidato deverá enviar/entregar os documentos obrigatórios/comprobatórios correspondentes à condição dele, prevista no item 5.2. deste Edital, no período entre às **09h00 do dia 12/09/2022 até às 15h59 do dia 14/09/2022**, considerando-se o horário oficial de Brasília/DF.

LEIA-SE:

5.4. Para solicitar a isenção de pagamento de Taxa de Inscrição, o candidato deverá enviar/entregar os documentos obrigatórios/comprobatórios correspondentes à condição dele, prevista no item 5.2. deste Edital, no período entre às **09h00 do dia 10/10/2022 até às 15h59 do dia 13/10/2022**, considerando-se o horário oficial de Brasília/DF.

ONDE SE LÊ:

5.9. O resultado da solicitação de isenção de pagamento de Taxa de Inscrição será divulgado no endereço eletrônico **www.ibgpconcursos.com.br**, até o dia **23/09/2022**.

LEIA-SE:

5.9. O resultado da solicitação de isenção de pagamento de Taxa de Inscrição será divulgado no endereço eletrônico **www.ibgpconcursos.com.br**, até o dia **24/10/2022**.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ONDE SE LÊ:

- 7.2. O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, ser Pessoa com Deficiência (PcD), especificando-a no Formulário Eletrônico de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá seguir o previsto no item 6.8. e subitens para o atendimento especial indicar as condições especiais (atendimento especial) de que necessita, quando houver, para a realização das provas.

LEIA-SE:

- 7.2. O candidato deverá declarar, no ato da inscrição, ser Pessoa com Deficiência (PcD), especificando-a no Formulário Eletrônico de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá seguir o previsto no item 6.1.8. e subitens para o atendimento especial indicar as condições especiais (atendimento especial) de que necessita, quando houver, para a realização das provas.

ONDE SE LÊ:

- 7.5. O candidato com deficiência física, previsto no subitem 6.1. deste Edital, que necessitar de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização das provas, fiscal para auxiliar no manuseio das provas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, previstos no item 6.8. e subitens, no período previsto das inscrições.
- 7.6. O candidato que, eventualmente, não cumprir o previsto no item 7 e subitens, deixando-se de indicar a condição especial de que necessita, não será atendido.
- 7.7. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar essa condição, informando-se, na solicitação, que necessita de auxílio para a transcrição das respostas. Nesse caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal.
- 7.8. O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá apresentar os documentos obrigatórios/comprobatórios, descritos no item 6.8., e subitens, no período previsto das inscrições, com a especificação e a justificativa da necessidade até o término do período das inscrições.
- 7.9. O candidato com deficiência auditiva, descrito no item 6.1. deste Edital, que necessitar de atendimento do tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, estabelecidos no item 6.8. e subitens, no período previsto das inscrições.
- 7.9.1. O candidato que necessitar de auxílio além do esperado no item 7.9. deste Edital deverá encaminhar o Laudo Médico, indicado no item 6.8. deste Edital, com a especificação e a justificativa dessa necessidade.
- 7.10. O candidato com deficiência visual, previsto no item 6.1. deste Edital, que necessitar de provas ampliadas, de leitura ou transcrição das provas (ledor/transcritor), deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, previstos no item 6.8. e seus subitens, período previsto das inscrições.
- 7.10.1. Os candidatos que solicitarem ledor/transcritor terão esse auxílio oferecido por leitura em voz alta, de todas as provas, sem realizar nenhum tipo de interpretação ou explicação sobre os conteúdos, em sala individual.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



- 7.10.1.1.** Quando necessitar de provas ampliadas, serão oferecidas provas com letra (fonte) correspondente ao tamanho 24. O candidato que necessitar de provas em papel especial com letra (fonte) superior ao tamanho 24 deverá encaminhar o Laudo Médico, previsto no item 6.8. deste Edital, com a especificação e justificativa dessa necessidade.

LEIA-SE:

- 7.5.** O candidato com deficiência física, previsto no subitem **6.1.8.** deste Edital, que necessitar de mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização das provas, fiscal para auxiliar no manuseio das provas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, previstos no item 6.8. e subitens, no período previsto das inscrições.
- 7.6.** O candidato que, eventualmente, não cumprir o previsto no item 7 e subitens, deixando-se de indicar a condição especial de que necessita, não será atendido.
- 7.7.** O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar essa condição, informando-se, na solicitação, que necessita de auxílio para a transcrição das respostas. Nesse caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal.
- 7.8.** O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá apresentar os documentos obrigatórios/comprobatórios, descritos no item **6.1.8.**, e subitens, no período previsto das inscrições, com a especificação e a justificativa da necessidade até o término do período das inscrições.
- 7.9.** O candidato com deficiência auditiva, descrito no item **6.1.1.** deste Edital, que necessitar do atendimento do tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, estabelecidos no item **6.1.8.** e subitens, no período previsto das inscrições.
- 7.9.1.** O candidato que necessitar de auxílio além do esperado no item 7.9. deste Edital deverá encaminhar o Laudo Médico, indicado no item **6.1.8.** deste Edital, com a especificação e a justificativa dessa necessidade.
- 7.10.** O candidato com deficiência visual, previsto no item **6.1.1.** deste Edital, que necessitar de provas ampliadas, de leitura ou transcrição das provas (ledor/transcritor), deverá encaminhar os documentos obrigatórios/comprobatórios, previstos no item **6.1.8.** e seus subitens, período previsto das inscrições.
- 7.10.1.** Os candidatos que solicitarem ledor/transcritor terão esse auxílio oferecido por leitura em voz alta, de todas as provas, sem realizar nenhum tipo de interpretação ou explicação sobre os conteúdos, em sala individual.
- 7.10.1.1.** Quando necessitar de provas ampliadas, serão oferecidas provas com letra (fonte) correspondente ao tamanho 24. O candidato que necessitar de provas em papel especial com letra (fonte) superior ao tamanho 24 deverá encaminhar o Laudo Médico, previsto no item **6.1.8.** deste Edital, com a especificação e a justificativa dessa necessidade.

ONDE SE LÊ:

- 7.16.** O candidato que não cumprir o previsto no item 6.8 e subitens e no item 7 e subitens, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida. Ao candidato, fica a exclusiva responsabilidade de cumprir o previsto neste Edital.



LEIA-SE:

- 7.16. O candidato que não cumprir o previsto no item 6.1.8. e subitens e no item 7 e subitens, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida. Ao candidato, fica a exclusiva responsabilidade de cumprir o previsto neste Edital.

ONDE SE LÊ:

- 7.20. O candidato confirmado quanto à COVID-19 e/ou variantes **não poderá realizar as provas** e deverá cumprir as exigências do item 7.20., deste Edital, no prazo de **12(doze) horas antes das provas**.
- 7.21. O candidato com **sintoma** de COVID-19 e/ou variantes e/ou contactante **poderá fazer as provas** em sala reservada e deverá cumprir as exigências do item 7.20., deste Edital, no prazo de **14(quatorze) dias a 12(doze) horas antes das provas**.

LEIA-SE:

- 7.20. O candidato confirmado quanto à COVID-19 e/ou variantes **não poderá realizar as provas** e deverá cumprir as exigências do item 7.19. e subitens, deste Edital, no prazo de **12(doze) horas antes das provas**.
- 7.21. O candidato com **sintoma** de COVID-19 e/ou variantes e/ou contactante **poderá fazer as provas** em sala reservada e deverá cumprir as exigências do item 7.19. e subitens, deste Edital, no prazo de **14(quatorze) dias a 12(doze) horas antes das provas**.

ONDE SE LÊ:

- 7.23.1. As candidatas lactantes que cumprirem o previsto no item 7. e subitens, inclusive os itens 7.13. e 7.24. e subitens deste Edital, e os prazos previstos neste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderão **não ter a solicitação/condição especial atendida** por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

LEIA-SE:

- 7.23.1. As candidatas lactantes que cumprirem o previsto no item 7. e subitens, inclusive os itens 7.13. e 7.23. e subitens deste Edital, e os prazos previstos neste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderão **não ter a solicitação/condição especial atendida** por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.

ONDE SE LÊ:

- 9.2.1. A aplicação da Prova ocorrerá nas datas prováveis de **14/01/2023 (sábado)**, no turno da **tarde** e, **15/01/2023 (domingo)**, em **dois turnos**, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

[...]



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
15/01/2023 (Domingo)	Manhã Das 08h00 às 11h00	203 – AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	Abre às 07h00min e fecha às 07h45min00seg
	Manhã Das 08h00 às 12h00	302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	
		303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS	
		401 – TÉCNICO AGRÍCOLA	
		402 – TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	
		403 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
		406 – TÉCNICO EM INFORMÁTICA	
		407 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA	
		408 – TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	
		502 – ANALISTA DE REDES	
		504 – ARQUITETO	
		505 – ASSISTENTE SOCIAL	
		506 – AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	
		507 – BIÓLOGO	
		508 – CONTADOR	
		509 – DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS	
		510 – ENFERMEIRO 40 HORAS	
		522 – MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 20 HORAS	
		526 – ODONTÓLOGO 20 HORAS	
		601 – MÉDICO DO TRABALHO	
		602 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL	
		603 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ENDODONTIA	
		604 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ODONTOPEDIATRIA	



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



DATA DA PROVA	TURNOS/ HORÁRIO	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
15/01/2023 (Domingo)	Tarde Das 14h00 às 18h00	301 – ALMOXARIFE	Abre às 13h00min e fecha às 13h45min00seg
		409 – TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL	
		404 – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	
		503 – ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	
		511 – ENFERMEIRO PLANTONISTA	
		512 – ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
		513 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
		514 – ENGENHEIRO AMBIENTAL	
		515 – ENGENHEIRO CIVIL	
		516 – ENGENHEIRO GEÓLOGO	
		517 – FARMACÊUTICO	
		518 – FISIOTERAPEUTA	
		519 – FONOAUDIÓLOGO	
		520 – HISTORIADOR	
		521 – INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA	
		523 – MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 40 HORAS	
		524 – MÉDICO VETERINÁRIO	
		525 – NUTRICIONISTA	
		527 – ODONTÓLOGO 40 HORAS	
		529 – PSICÓLOGO	
		530 – TERAPEUTA OCUPACIONAL	
		531 – TURISMÓLOGO	
		605 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS PNE	
		606 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PERIODONTIA	

LEIA-SE:

9.2.1. A aplicação da Prova ocorrerá nas datas prováveis de **14/01/2023 (sábado)**, no turno da **tarde** e, **15/01/2023 (domingo)**, em **dois turnos**, divididos por cargo, conforme os quadros a seguir:

[...]



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
15/01/2023 (Domingo)	Manhã Das 08h00 às 11h00	203 – AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	Abre às 07h00min e fecha às 07h45min00seg
	Manhã Das 08h00 às 12h00	302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	
		303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS	
		401 – TÉCNICO AGRÍCOLA	
		402 – TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	
		403 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE	
		406 – TÉCNICO EM INFORMÁTICA	
		407 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA	
		408 – TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	
		409 – TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL	
		502 – ANALISTA DE REDES	
		504 – ARQUITETO	
		505 – ASSISTENTE SOCIAL	
		507 – BIÓLOGO	
		508 – CONTADOR	
		509 – DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS	
		510 – ENFERMEIRO 40 HORAS	
		522 – MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 20 HORAS	
		526 – ODONTÓLOGO 20 HORAS	
		601 – MÉDICO DO TRABALHO	
		602 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL	
		603 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ENDODONTIA	
		604 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ODONTOPEDIATRIA	



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



DATA DA PROVA	TURNO/ HORÁRIO	CARGO	HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO PORTÃO
15/01/2023 (Domingo)	Tarde Das 14h00 às 18h00	301 – ALMOXARIFE	Abre às 13h00min e fecha às 13h45min00seg
		404 – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	
		503 – ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	
		506 – AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	
		511 – ENFERMEIRO PLANTONISTA	
		512 – ENGENHEIRO AGRIMENSOR	
		513 – ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
		514 – ENGENHEIRO AMBIENTAL	
		515 – ENGENHEIRO CIVIL	
		516 – ENGENHEIRO GEÓLOGO	
		517 – FARMACÊUTICO	
		518 – FISIOTERAPEUTA	
		519 – FONOAUDIÓLOGO	
		520 – HISTORIADOR	
		521 – INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA	
		523 – MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 40 HORAS	
		524 – MÉDICO VETERINÁRIO	
		525 – NUTRICIONISTA	
		527 – ODONTÓLOGO 40 HORAS	
		529 – PSICÓLOGO	
		530 – TERAPEUTA OCUPACIONAL	
		531 – TURISMÓLOGO	
		605 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM ODONTOLOGIA PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS PNE	
		606 – ODONTÓLOGO ESPECIALISTA EM PERIODONTIA	

ONDE SE LÊ:

- 9.2.5. Os documentos, conforme estabelecido no item 9.2.4., deste Edital a serem, **obrigatoriamente**, apresentados pelo candidato, nas etapas do certame, deverão estar em perfeita condição, legível, a fim de permitir, com clareza, a identificação deste.
- 9.2.6. Somente documentos originais com foto, conforme estabelecido no item 9.2.4., garantirão a identificação do candidato e a permissão para realizar qualquer etapa do certame.
- 9.2.7. Serão aceitos, nas etapas do certame, os documentos estabelecidos no item 9.2.4. deste Edital, mesmo se estiverem vencidos.

LEIA-SE:

- 9.2.5. Os documentos, conforme estabelecido no item 9.2.3., deste Edital a serem, **obrigatoriamente**, apresentados pelo candidato, nas etapas do certame, deverão estar em perfeita condição, legível, a fim de permitir, com clareza, a identificação deste.
- 9.2.6. Somente documentos originais com foto, conforme estabelecido no item 9.2.3., garantirão a identificação do candidato e a permissão para realizar qualquer etapa do certame.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



9.2.7. Serão aceitos, nas etapas do certame, os documentos estabelecidos no item 9.2.3. deste Edital, mesmo se estiverem vencidos.

ONDE SE LÊ:

17.6. Não haverá publicação da relação de candidatos eliminados, sendo que esses terão as notas disponibilizadas para consulta individualizada, no endereço eletrônico www.ibgpconcursos.com.br.

LEIA-SE:

17.6. Não haverá publicação da relação de candidatos eliminados, sendo que esses terão as notas disponibilizadas para consulta **nas listas de resultados publicados** no endereço eletrônico www.ibgpconcursos.com.br.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



**ANEXO I – CARGOS/FUNÇÕES, ESCOLARIDADES, REQUISITOS PARA INGRESSO,
JORNADAS DE TRABALHO, VENCIMENTOS INICIAL E VAGAS (AMPLA
CONCORRÊNCIA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD E NEGROS/PARDOS)**

ONDE SE LÊ:

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	PcD (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
201 – AGENTE ADMINISTRATIVO	Ensino Fundamental Completo.	30h/s	R\$ 1.718,24	07	04	08	19
202 – AGENTE FAZENDÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Fundamental Completo.	40h/s	R\$ 1.718,24 + R\$ 1.718,24 ⁽¹⁾ = R\$ 3.568,48	03	00	00	03
203 – AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	Ensino Fundamental Completo, curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 1.918,03 ⁽²⁾	04	00	00	04

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	PcD (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
301 – ALMOXARIFE	Ensino Médio Completo.	30h/s	R\$ 1.985,81	01	00	00	01
302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 1.718,24 + R\$ 1.718,24 ⁽¹⁾ = R\$ 3.568,48	04	00	00	04
303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	40h/s	R\$ 2.647,75	01	00	00	01
304 – FISCAL SANITÁRIO E AMBIENTAL	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 1.985,81	01	00	00	01

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	PcD (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
401 – TÉCNICO AGRÍCOLA	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Agricultura.	30h/s	R\$ 2.361,22	01	00	00	01
402 – TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Análises Clínicas.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
403 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Contabilidade.	30h/s	R\$ 2.361,22	01	00	00	01
404 – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Edificações.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
405 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 2.719,08 ⁽³⁾	17	06	13	36
406 – TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Ensino Médio Completo e curso Técnico de Automação Industrial, Técnico de Informática ou Técnico em Eletrônica.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
407 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Radiologia.	24h/s	R\$ 2.361,22	03	00	00	03
408 – TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Ensino Médio Completo, curso Técnico em Saúde Bucal e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 2.719,08 ⁽²⁾	01	00	00	01
409 – TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Médio Completo, curso Técnico em Edificações ou assemelhado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 2.361,22 + R\$ 2.361,22 ⁽¹⁾ = R\$ 4.722,44	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
501 - ADMINISTRADOR	Ensino Superior Completo (bacharelado) em Administração ou Administração Pública e registro no órgão de classe.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾
502 - ANALISTA DE REDES	Ensino Superior Completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenheiro de <i>Software</i> , Engenharia da Computação ou Gestão de Tecnologia da Informação.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
503 - ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	Ensino Superior Completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenheiro de <i>Software</i> , Engenharia da Computação ou Gestão de Tecnologia da Informação.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
504 - ARQUITETO	Ensino Superior Completo em Arquitetura com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
505 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	03	00	00	03
506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Superior nas áreas de Direito, Administração, Economia, Contabilidade, Engenharia, Sistemas de Informação ou Ciência da Computação e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 4.808,29 + R\$ 4.808,29 ⁽¹⁾ = R\$ 9.616,58	01	00	00	01
507 - BIÓLOGO	Ensino Superior em História Natural ou Biologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
508 - CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
509 - DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS	Ensino Superior Completo em Tecnologia da Informação: Ciência da Computação, Sistemas da Informação ou Engenharia de <i>Software</i> .	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
510 - ENFERMEIRO 40 HORAS	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 7.212,30	04	02	02	08
511 - ENFERMEIRO PLANTONISTA	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão de classe competente.	Regime de plantão com jornada mínima de 36h/s	R\$ 6.431,64 ⁽³⁾	04	02	03	09
512 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR	Ensino Superior Completo em Engenharia de Agrimensura com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
513 - ENGENHEIRO AGRÔNOMO	Ensino Superior Completo em Engenharia Agrônoma ou Agronomia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
514 - ENGENHEIRO AMBIENTAL	Ensino Superior Completo em Engenharia Ambiental com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
515 - ENGENHEIRO CIVIL	Ensino Superior Completo em Engenharia de Civil com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	03	00	00	03
516 - ENGENHEIRO GEÓLOGO	Ensino Superior Completo em Geologia ou Engenharia Geológica com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
517 - FARMACÊUTICO	Ensino Superior Completo em Farmácia com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 6.411,06	01	00	00	01



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
518 - FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
519 - FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
520 - HISTORIADOR	Ensino Superior Completo em História.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
521 - INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA	Ensino Superior Completo em Educação Física e registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	03	00	00	03
522 - MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 20 HORAS	Ensino Superior de medicina na área de Clínica Geral, Pediatria ou Ginecologia e Obstetrícia, com registro no órgão de classe competente.	20h/s	R\$ 5.526,44	04	01	00	05
523 - MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 40 HORAS	Ensino Superior de medicina na área de Clínica Geral, com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 15.806,52	05	02	06	13
524 - MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 6.411,06	02	00	00	02
525 - NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
526 - ODONTÓLOGO 20 HORAS	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão de classe competente.	20h/s	R\$ 4.292,77	02	00	00	02

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
527 - ODONTÓLOGO 40 HORAS	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 8.199,22	02	00	00	02
528 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	30h/s	R\$ 4.808,29	03	00	00	03
529 - PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR (5)
530 - TERAPEUTA OCUPACIONAL	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
531 - TURISMÓLOGO	Ensino Superior Completo em Turismo.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01

[...]



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



LEIA-SE:

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
201 – AGENTE ADMINISTRATIVO	Ensino Fundamental Completo.	30h/s	R\$ 1.718,24	10	04	05	19
202 – AGENTE FAZENDÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Fundamental Completo.	40h/s	R\$ 1.718,24 + R\$ 1.718,24 ⁽¹⁾ = R\$ 3.568,48	02	00	01	03
203 – AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	Ensino Fundamental Completo, curso de Auxiliar em Saúde Bucal e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 1.918,03 ⁽²⁾	03	00	01	04

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
301 – ALMOXARIFE	Ensino Médio Completo.	30h/s	R\$ 1.985,81	01	00	00	01
302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 1.985,81 + R\$ 1.985,81 ⁽¹⁾ = R\$ 3.971,62	03	00	01	04
303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	40h/s	R\$ 2.647,75	01	00	00	01
304 – FISCAL SANITÁRIO E AMBIENTAL	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 1.985,81	01	00	00	01

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
401 – TÉCNICO AGRÍCOLA	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Agricultura.	30h/s	R\$ 2.361,22	01	00	00	01
402 – TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Análises Clínicas.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
403 – TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Contabilidade.	30h/s	R\$ 2.361,22	01	00	00	01
404 – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Edificações.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
405 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 2.719,08 ⁽³⁾	21	06	09	36
406 – TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Ensino Médio Completo e curso Técnico de Automação Industrial, Técnico de Informática ou Técnico em Eletrônica.	30h/s	R\$ 2.361,22	02	00	00	02
407 – TÉCNICO EM RADIOLOGIA	Ensino Médio Completo e curso Técnico em Radiologia.	24h/s	R\$ 2.361,22	02	00	01	03
408 – TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Ensino Médio Completo, curso Técnico em Saúde Bucal e registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 2.719,08 ⁽²⁾	01	00	00	01
409 – TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Médio Completo, curso Técnico em Edificações ou assemelhado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 2.361,22 + R\$ 2.361,22 ⁽¹⁾ = R\$ 4.722,44	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
501 - ADMINISTRADOR	Ensino Superior Completo (bacharelado) em Administração ou Administração Pública e registro no órgão de classe.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾
502 - ANALISTA DE REDES	Ensino Superior Completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de <i>Software</i> , Engenharia da Computação ou Gestão de Tecnologia da Informação.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
503 - ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA	Ensino Superior Completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de <i>Software</i> , Engenharia da Computação ou Gestão de Tecnologia da Informação.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
504 - ARQUITETO	Ensino Superior Completo em Arquitetura com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
505 - ASSISTENTE SOCIAL	Ensino Superior Completo em Serviço Social com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	01	03
506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	Ensino Superior nas áreas de Direito, Administração, Economia, Contabilidade, Engenharia, Sistemas de Informação ou Ciência da Computação e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B.	30h/s	R\$ 4.808,29 + R\$ 4.808,29 ⁽¹⁾ = R\$ 9.616,58	01	00	00	01
507 - BIÓLOGO	Ensino Superior em História Natural ou Biologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
508 - CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR ⁽⁵⁾

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
509 - DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS	Ensino Superior Completo em Tecnologia da Informação: Ciência da Computação, Sistemas da Informação ou Engenharia de <i>Software</i> .	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
510 - ENFERMEIRO 40 HORAS	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 7.212,30	04	02	02	08
511 - ENFERMEIRO PLANTONISTA	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no órgão de classe competente.	Regime de plantão com jornada mínima de 36h/s	R\$ 6.431,64 ⁽³⁾	04	02	03	09
512 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR	Ensino Superior Completo em Engenharia de Agrimensura com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
513 - ENGENHEIRO AGRÔNOMO	Ensino Superior Completo em Engenharia Agrônoma ou Agronomia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
514 - ENGENHEIRO AMBIENTAL	Ensino Superior Completo em Engenharia Ambiental com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
515 - ENGENHEIRO CIVIL	Ensino Superior Completo em Engenharia de Civil com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	01	03
516 - ENGENHEIRO GEÓLOGO	Ensino Superior Completo em Geologia ou Engenharia Geológica com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
517 - FARMACÊUTICO	Ensino Superior Completo em Farmácia com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 6.411,06	01	00	00	01



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
518 - FISIOTERAPEUTA	Ensino Superior Completo em Fisioterapia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
519 - FONOAUDIÓLOGO	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
520 - HISTORIADOR	Ensino Superior Completo em História.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
521 - INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA	Ensino Superior Completo em Educação Física e registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	01	03
522 - MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 20 HORAS	Ensino Superior de medicina na área de Clínica Geral, Pediatria ou Ginecologia e Obstetrícia, com registro no órgão de classe competente.	20h/s	R\$ 5.526,44	03	01	01	05
523 - MÉDICO ATENÇÃO BÁSICA 40 HORAS	Ensino Superior de medicina na área de Clínica Geral, com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 15.806,52	07	02	04	13
524 - MÉDICO VETERINÁRIO	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 6.411,06	02	00	00	02
525 - NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	00	02
526 - ODONTÓLOGO 20 HORAS	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão de classe competente.	20h/s	R\$ 4.292,77	02	00	00	02

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGO/FUNÇÃO	PRÉ REQUISITO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO MENSAL	VAGAS			
				AMPLA CONCOR.	Pd (4)	NEGROS	TOTAL VAGAS
527 - ODONTÓLOGO 40 HORAS	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no órgão de classe competente.	40h/s	R\$ 8.199,22	02	00	00	02
528 - PROCURADOR MUNICIPAL	Ensino Superior Completo em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	30h/s	R\$ 4.808,29	02	00	01	03
529 - PSICÓLOGO	Ensino Superior Completo em Psicologia com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	CR	-	-	CR (5)
530 - TERAPEUTA OCUPACIONAL	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional com registro no órgão de classe competente.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01
531 - TURISMÓLOGO	Ensino Superior Completo em Turismo.	30h/s	R\$ 4.808,29	01	00	00	01

[...]



ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

[...]

INCLUI-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

202 - AGENTE FAZENDÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL

Atendimento ao Público e Organização do Setor de Trabalho: 1. Atendimento ao público, atendimento telefônico, identificação e classificação de correspondência, atitudes e comportamentos adequados, práticas de relacionamento interpessoal, elaboração de correspondências e ofícios, práticas e comportamentos higiênicos, de conduta, apresentação pessoal e etiqueta. 2. Organização do local de trabalho. 3. Definição de materiais, controle de estoque e patrimônio. 4. Controle de agenda e protocolos. **Legislação Municipal:** Lei Orgânica do Município de 1990 e atualizações. Estatuto do Servidor Público do Município (Lei Complementar Municipal nº 02/2000 e alterações). Plano Diretor do Município de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 29/2006 e alterações). Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 21/2006 e alterações). **Noções de Direito Constitucional:** Constituição da República Federativa do Brasil: a) Princípios fundamentais e Direitos e Deveres individuais e coletivos. O habeas corpus. O mandado de segurança. O direito de petição. O mandado de injunção. A ação popular. A ação civil pública. O habeas data. b) Direitos sociais. Cidadania plena e participação político-social. c) Direitos Humanos: Direito à vida, à liberdade, à igualdade, dignidade humana e justiça. Nacionalidade. Direitos políticos. d) Organização político-administrativa. O federalismo no Brasil. Repartição de rendas. Repartição de competências. Competências constitucionais: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção nos estados e municípios. Administração pública, disposições gerais e servidores públicos civis. e) Separação de poderes. Sistemas de governo. Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Ministério Público. f) Processo legislativo. g) Defesa do Estado e as instituições democráticas. h) Princípios gerais da atividade econômica e financeira. **Noções de Legislação Tributária Municipal:** 1. Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 105/2010; 2. ISSQN: Lei Complementar Municipal nº 172/2017; 3. IPTU – Lei Municipal nº 535/2009; 4. ITBI – Lei Municipal nº 106/1994, Título VI; 5. Taxas – Lei Municipal nº 511/2009, Isenções: Lei Municipal nº 70/2010. 6. Dívida Ativa – Decreto Municipal nº 6.091/2021. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Cartilha de Excelência no Atendimento e Boas Práticas na PGU. Disponível em: <<http://pdi.ifsc.edu.br/wp-content/blogs.dir/2/files/Cartilha-de-Excel%C3%Aancia-no-Atendimento-e-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-na-PGU.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022. BRASIL. Instituto Federal Paraná.

BRASIL. Instituto Federal Paraná. PRONATEC: Recepcionista. Disponível em: <<http://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/rec1.pdf>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MIRANDA, K. Técnicas em Secretariado. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/3138068-Tecnicas-em-secretariado-profa-katia-j-de-miranda.html>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 02, 14 de março de



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 21, de 01 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 172, de 29 de setembro de 2017 e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 70, de 04 de fevereiro de 2010 e atualizações. Institui isenção sobre taxas. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 106, de 19 de dezembro de 1994, Título VI. Dispõe sobre o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato oneroso “intervivos” - ITBI. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 511, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia e pela utilização efetiva ou potencial de serviços prestados ou postos à disposição pelo poder público municipal. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SESI. Noções de Protocolo e Técnicas de Arquivo. Disponível em: <<http://amelhorturmadosesi.blogspot.com/2017/08/noco-es-de-protocolo-e-tecnicas-de.html>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SOUZA, J. P. Vida de um recepcionista: Comunicação Atendimento ao Público, Comportamento e Profissionalismo. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/vida-de-um-recepcionista-comunicacao-atendimento-ao-publico-comportamento-e-profissionalismo/94187/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

WIKIHOW. Como Ser Uma Boa Recepcionista. Disponível em: <<https://pt.wikihow.com/Ser-uma-Boa-Recepcionista>>



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



Recepcionista>Acesso em: 01 de agosto de 2022.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

[...]

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

301 – ALMOXARIFE / 302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / 303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS / 401 - TÉCNICO AGRÍCOLA / 403 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / 404 - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES / 406 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA / 409 - TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Lei Orgânica do Município. Estatuto do Servidor do Município. Legislações de Cargos e Salários do Município. Acesso à Informação. Atribuições dos quadros de Pessoal do município. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas nesse programa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em:
<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em:



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(13038\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(13038).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(1169\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(1169).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(5073\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(5073).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.073, de 26 de dezembro de 2017, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(16711\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(16711).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]

LEIA-SE:

[...]

ENSINO MÉDIO/TÉCNICO

[...]

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

301 – ALMOXARIFE / 303 – FISCAL DE OBRAS, PATRIMÔNIO E POSTURAS / 401 - TÉCNICO AGRÍCOLA / 403 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE / 404 - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES / 406 - TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Lei Orgânica do Município. Estatuto do Servidor do Município. Legislações de Cargos e Salários do Município. Acesso à Informação. Atribuições dos quadros de Pessoal do município. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas nesse programa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(13038\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(13038).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações.

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(1169\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(1169).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(5073\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(5073).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.258, de 22 de dezembro de 2021, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025. Disponível em:

<<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

[...]

INCLUI-SE:

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO) 302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / 409 - TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL

Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de 1990 e atualizações. Estatuto do Servidor Público do Município (Lei Complementar Municipal nº 02/2000 e alterações). Plano Diretor do Município de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 29/2006 e alterações). Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 (Lei Municipal nº 1.258/2021 e alterações). Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 (Lei Municipal nº 1.236/2021). Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 21/2006 e alterações). **Direito Administrativo:** 1. Administração Pública: conceito, estrutura legal dos Órgãos Públicos; natureza e fins da Administração; agentes da Administração. 2. Princípios básicos da Administração: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência. Papel das políticas públicas como elemento indutor do desenvolvimento da sociedade. 3. Poderes e deveres do administrador público. 4. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 5. Atos Administrativos: conceitos e requisitos; classificação; espécies; validade; formalidade; motivação; revogação. Anulação; modificação; extinção. Controle de Legalidade. 6. Contratos Administrativos: Alteração unilateral e bilateral; Equilíbrio financeiro; Cláusulas exorbitantes; Modalidades de contratos; Extinção, prorrogação e renovação; Inexecução;



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



Revisão, rescisão e suspensão. Dispensa e inexigibilidade de Licitação. 7. Serviços Públicos: Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Parcerias público-privadas; Requisitos do serviço e direitos do usuário; Competência para prestar o serviço; Formas e meios de prestação do serviço. 8. Os direitos do administrado. Comparação entre o controle administrativo e judiciário. Princípios básicos da defesa administrativa do contribuinte. 9. A responsabilidade civil do Estado. 10. Organização Administrativa: Administração direta e indireta; Agências executivas e reguladoras. Servidores públicos: Classificação e Regime Jurídico. 11. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores públicos; Cargos públicos; Provimento em cargo público; Direitos e vantagens dos servidores públicos; Deveres e responsabilidades; Sindicância e processo administrativo. **Direito Constitucional:** Constituição da República Federativa do Brasil: a) Princípios fundamentais e Direitos e Deveres individuais e coletivos. O habeas corpus. O mandado de segurança. O direito de petição. O mandado de injunção. A ação popular. A ação civil pública. O habeas data. b) Direitos sociais. Cidadania plena e participação político-social. c) Direitos Humanos: Direito à vida, à liberdade, à igualdade, dignidade humana e justiça. Nacionalidade. Direitos políticos. d) Organização político-administrativa. O federalismo no Brasil. Repartição de rendas. Repartição de competências. Competências constitucionais: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção nos estados e municípios. Administração pública, disposições gerais e servidores públicos civis. e) Separação de poderes. Sistemas de governo. Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Ministério Público. f) Processo legislativo. g) Defesa do Estado e as instituições democráticas. h) Princípios gerais da atividade econômica e financeira. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 21, de 01 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.258, de 22 de dezembro de 2021, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Tributos de competência do Município. Finanças Municipais: atividade financeira estatal, receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Código Tributário do Município, ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública. Lei Orgânica do Município. Ética profissional. Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbano. Fato Gerador. Cadastro Imobiliário. Imposto. Imunidade e Isenção tributária. Noções básicas de licitações e contratos administrativos. Tributos de competência do Município. Finanças Municipais: atividade financeira estatal, receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Código Tributário do Município, ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública. Lei Orgânica do Município. Ética profissional. Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbano. Fato Gerador. Cadastro Imobiliário. Imposto. Imunidade e Isenção tributária. Noções básicas de licitações e contratos administrativos. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar nº 172, de 29 de setembro de 2017, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.137, de 21 de dezembro de 2018, e atualizações. Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo conceder isenção do Imposto Predial e



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



Territorial Urbano (IPTU) as pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 32, de 23 de junho de 1989 e atualizações. Institui o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.
[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 302 – ANALISTA FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Legislação Tributária Municipal: 1. Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 105/2010; 2. ISSQN: Lei Complementar Municipal nº 172/2017; 3. IPTU – Lei Municipal nº 535/2009, Cadastro Técnico Imobiliário: Decreto Municipal nº 5.869/2020, Planta Genérica dos Valores Imobiliários: Lei Municipal nº 1.069/2017; 4. ITBI – Lei Municipal nº 106/1994, Título VI; 5. Taxas – Lei Municipal nº 511/2009, Isenções: Lei Municipal nº 70/2010; 6. Dívida Ativa – Decreto Municipal nº 6.091/2021, Compensação e Restituição: Decreto Municipal nº 3.065/2012. **Legislação Tributária Federal:** 1. Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966; 2. Cobrança Judicial da Dívida Ativa: Lei Federal nº 6.830/1980; 3. Protesto Extrajudicial: Lei Federal nº 9.492/1997. 4. ISSQN – Lei Complementar Federal nº 116/2003. **Noções de Contabilidade Pública:** 1. Conceito, objeto, campo de aplicação e finalidades. 2. Receita Pública: Conceitos, estágios, classificações, regimes de contabilização, dívida ativa. 3. Despesa Pública: Conceitos, estágios, classificações, regimes de contabilização, restos a pagar, suprimimento de fundos. 4. Lei nº 4.320/1964. 5. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. **Noções de Orçamento Público:** Conceitos, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Créditos adicionais. **Direito Tributário:** 1. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária, princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar. Matérias reservadas à previsão por lei complementar. Receitas Públicas. 2. Tributos de competência da União. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. Tributos de competência dos Municípios. Os impostos em espécie. 3. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios. 4. Legislação tributária: lei complementar, lei ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do executivo, resoluções administrativas, portarias, decisões administrativas. 5. Métodos de interpretação. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Interpretações sistemática, teleológica e outras. 6. Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966. 7. Tributo: definição e espécies. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais. Obrigação tributária: principal e acessória: conceito. Aspecto objetivo: fato gerador, hipótese de incidência tributária: incidência e não incidência, isenção, imunidade, domicílio tributário. Aspecto subjetivo: competência tributária, sujeito ativo. Capacidade tributária; sujeito passivo: contribuinte e responsável; responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações; substituição tributária. Elemento valorativo: base de cálculo, alíquota. Crédito tributário: lançamento: efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 8. Função socioeconômica dos tributos. 9. Sonegação Fiscal. Importância dos documentos fiscais. 10. Administração tributária: fiscalização, regulamentação, competência, limites, procedimentos. 11. Dívida



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



ativa: certidão negativa. 12. Repetição de indébito. 13. Informações e sigilo fiscal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Revogado)

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em:
<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcas/2021/26>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e atualizações. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e atualizações. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. Brasília, DF, 11 set. 1997. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 set. 1980. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/> . Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 70, de 04 de fevereiro de 2010 e atualizações. Institui isenção sobre taxas. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar nº 172, de 29 de setembro de 2017, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.137, de 21 de dezembro de 2018, e atualizações. Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) as pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 32, de 23 de junho de 1989 e atualizações. Institui o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 106, de 19 de dezembro de 1994, Título VI. Dispõe sobre o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato oneroso “intervivos” - ITBI. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 511, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia e pela utilização efetiva ou potencial de serviços prestados ou postos à disposição pelo poder público municipal. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.069, de 15 de dezembro de 2017. Institui a Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Ouro Preto. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº 3.065, de 07 de maio de 2012. Regulamenta os arts. 22 e 23 da Lei Complementar Municipal nº 105, de 4 de novembro de 2011, que institui o Código Tributário Municipal, estabelecendo os critérios e procedimentos para a compensação de créditos tributários. Disponível em <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº 6.091, de 02 de junho de 2021. Regulamenta o art. 76 da Lei Complementar nº 105, de 25 de outubro de 2011, Código Tributário Municipal (CTM), e dispõe sobre a notificação ao contribuinte devedor e procedimentos para a cobrança da dívida ativa do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



OURO PRETO. Decreto Municipal nº 5.869, de 30 de dezembro de 2020. Estabelece normas para fins de inclusão, alteração e exclusão de imóveis no Cadastro Tributário Imobiliário Municipal. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 403 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Contabilidade: conceito, objeto, finalidade. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Equação fundamental patrimonial. Receita e despesa, regimes de caixa e competência. Diferenças entre capital e patrimônio. Fatos contábeis e alterações na situação líquida. Princípios fundamentais de contabilidade. Contas: conceito, teorias, elementos essenciais, funções e funcionamento. Plano de contas. Contas patrimoniais e de resultado. Escrituração: lançamentos, elementos, composição. Livros de escrituração fiscal e escrituração contábil. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Lei Orçamentária Anual – LOA. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Créditos adicionais. Processo de elaboração de proposta orçamentária. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Instrumentos de transparência fiscal. Relatório de gestão fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Interpretações e orientações técnicas contábeis 2009/ Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2010. 2 v. (1130 p.)1. Pronunciamentos Técnicos – Contabilidade - Brasil. 2. Orientações Técnicas - Contabilidade. 3. Interpretações Técnicas – Contabilidade. I. Título. CDU – 657(81) (083.74). Disponível em: <http://crcgo.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Interpretacao_e_orientacao_2009.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG Estrutura Conceitual. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



público. NBC T 16, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 6ª ed. Válido a partir do exercício de 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC / Ernesto Rubens Gelbcke ... [*et al.*]. 3ª ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. Contabilidade básica / José Carlos Marion; Ana Carolina Marion Santos. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Controle Interno e Auditoria Governamental.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, 2012. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 403 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Contabilidade: conceito, objeto, finalidade. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Equação fundamental patrimonial. Receita e despesa, regimes de caixa e competência. Diferenças entre capital e patrimônio. Fatos contábeis e alterações na situação líquida. Princípios fundamentais de contabilidade. Contas: conceito, teorias, elementos essenciais, funções e funcionamento. Plano de contas. Contas patrimoniais e de resultado. Escrituração: lançamentos, elementos, composição. Livros de escrituração fiscal e escrituração contábil. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Lei Orçamentária Anual – LOA. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Créditos adicionais. Processo de elaboração de proposta orçamentária. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Instrumentos de transparência fiscal. Relatório de gestão fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

~~BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Interpretações e orientações técnicas contábeis 2009/ Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2010. 2 v. (1130 p.) 1. Pronunciamentos Técnicos—Contabilidade—Brasil. 2. Orientações Técnicas—Contabilidade. 3. Interpretações Técnicas—Contabilidade. I. Título. CDU—657(81) (083.74). Disponível em: <http://crego.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/09/Interpretacao_e_orientacao_2009.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

~~BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG Estrutura Conceitual. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://portalefc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

~~BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. NBC T 16, 2008. Disponível em: <http://portalefc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e atualizações. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília-DF. Disponível em:
<<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

IUDÍCIBUS, S. de *et al.* Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC / Ernesto Rubens Gelbcke ... [et al.]. 3ª ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. Contabilidade básica / José Carlos Marion; Ana Carolina Marion Santos. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Controle Interno e Auditoria Governamental.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, 2012. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em:
<https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 407 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia - ossos do crânio, face, coluna, tórax, membros superiores e inferiores, órgãos do tórax e abdômen. Técnicas radiográficas dos membros superiores e inferiores, crânio, face, coluna vertebral, sistema esquelético suas articulações, do aparelho urinário, das vias biliares, do aparelho respiratório. Incidências especiais. Conhecimentos básicos de equipamentos radiológicos e seu funcionamento - Produção de Raios X, estrutura básica da aparelhagem fixa e portátil, câmara escura. Documentação da imagem radiográfica por processamento químico e digital. Conhecimentos de técnicas de revelação e fixação e de elementos dos componentes químicos do revelador e fixador. Qualidade da imagem radiográfica. Conhecimento básico sobre organização de um Serviço de Raios X. Meios de tipos e utilização específica), indicações e contra-indicações, em exames de imagens. Conhecimentos de técnicas de utilização do Raios X. Conhecimento em aquisição de imagens tomográficas e gerenciamento dessas imagens em sistemas computadorizados. Conhecimento sobre mamografia, noções de anatomia das mamas e regras gerais para o estudo radiográfico. Princípios da radioscopia e metodologia aplicada. Legislação concernente ao operador de Raios X. Efeitos biológicos das radiações ionizantes e meios de proteção. Riscos e precauções - Equipamentos de proteção individual e coletiva. Resolução nº 330, de 20 de dezembro de 2019, e atualizações. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005, e atualizações, (NR 32). Norma CNEN NN 3.01. Vigilância Sanitária. Código de Ética Profissional. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BIASOLI J. A. M. Técnicas Radiográficas. Rio de Janeiro: Rubio, 2006.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



BONTRAGER, K.; LAMPIGNANO, J. P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora. NR nº 32, de 16 de novembro de 2005, e atualizações. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 330 de 20 de dezembro de 2019, e atualizações. Diretrizes de Proteção Radiológica em Radiodiagnóstico Médico e Odontológico. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 2019.

BUSHONG, S. C. Ciência Radiológica para Tecnólogos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, Norma NN-3.01, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER. Resolução nº 15, de 12 de dezembro de 2011, e atualizações. Dispõe sobre a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005, e atualizações. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 nov. 2005.

MOURÃO, A. P. Tomografia Computadorizada: tecnologias e aplicações. 2ª ed. São Paulo: Difusão, 2015.
[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 407 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Conhecimentos básicos de anatomia e fisiologia - ossos do crânio, face, coluna, tórax, membros superiores e inferiores, órgãos do tórax e abdômen. Técnicas radiográficas dos membros superiores e inferiores, crânio, face, coluna vertebral, sistema esquelético suas articulações, do aparelho urinário, das vias biliares, do aparelho respiratório. Incidências especiais. Conhecimentos básicos de equipamentos radiológicos e seu funcionamento - Produção de Raios X, estrutura básica da aparelhagem fixa e portátil, câmara escura. Documentação da imagem radiográfica por processamento químico e digital. Conhecimentos de técnicas de revelação e fixação e de elementos dos componentes químicos do revelador e fixador. Qualidade da imagem radiográfica. Conhecimento básico sobre organização de um Serviço de Raios X. Meios de tipos e utilização específica), indicações e contraindicações, em exames de imagens. Conhecimentos de técnicas de utilização do Raios X. Conhecimento em aquisição de imagens tomográficas e gerenciamento dessas imagens em sistemas computadorizados. Conhecimento sobre mamografia, noções de anatomia das mamas e regras gerais para o estudo radiográfico. Princípios da radioscopia e metodologia aplicada. Legislação concernente ao operador de Raios X. Efeitos biológicos das radiações ionizantes e meios de proteção. Riscos e precauções - Equipamentos de proteção individual e coletiva. **Resolução nº 611 de 09 de março de 2022**, e atualizações. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005, e atualizações, (NR 32). Norma CNEN NN 3.01. Vigilância Sanitária. Código de Ética Profissional. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



REFERÊNCIAS:

BIASOLI J. A. M. Técnicas Radiográficas. Rio de Janeiro: Rubio, 2006.

BONTRAGER, K.; LAMPIGNANO, J. P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora. NR nº 32, de 16 de novembro de 2005, e atualizações. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúde. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/legislacao/NR-32.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 611 de 9 de março de 2022. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas. Diário Oficial da União, Brasília, 16 março. 2022.

BUSHONG, S. C. Ciência Radiológica para Tecnólogos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica, Norma NN-3.01, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER. Resolução nº 15, de 12 de dezembro de 2011, e atualizações. Dispõe sobre a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005, e atualizações. Aprova a Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde). Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 nov. 2005.

MOURÃO, A. P. Tomografia Computadorizada: tecnologias e aplicações. 2ª ed. São Paulo: Difusão, 2015.
[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 409 - TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL

Noções de Contabilidade Pública: Conceito, objeto, finalidade e campo de aplicação. Estágios da receita e da despesa pública. NBC TSP – Estrutura Conceitual. Tributos de competência do Município. Finanças Municipais: atividade financeira estatal, receita, rendas municipais e preços públicos. A estrutura tributária municipal: impostos, taxas, contribuição de melhoria. Constituição da República Federativa do Brasil. Código Tributário Nacional. Código Tributário do Município, ISSQN, IPTU, ITBI, TAXAS, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública. Lei Orgânica do Município. Ética profissional. Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbano. Fato Gerador. Cadastro Imobiliário. Imposto. Imunidade e Isenção tributária. Noções básicas de licitações e contratos administrativos. Fundações superficiais e profundas - tipos, sondagem, execução e controle. Terraplenagem - movimentação de terra, drenagem, arruamento e pavimentação. Serviços topográficos. Leitura e interpretação de projetos arquitetônico, estrutural, de instalações prediais e



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



de obras complementares. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6122:2010 - Projeto e execução de fundações - Esta Norma estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BAUER, L. A. F. Materiais de Construção. Vol 1. 5ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

DEER. Manual de Fiscalização de Obras em Vias Rurais. Disponível em: <www.deer.mg.gov.br/files/77/.../Manual-de-Fiscalizacao-de-Obras-em-Vias-Rurais.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

ESPARTEL, L. Curso de topografia. 9ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 655p.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 172, de 29 de setembro de 2017 e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 32, de 23 de junho de 1989 e atualizações. Institui o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.137, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) as pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 93, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 409 - TÉCNICO FISCAL E DE CADASTRO DA RECEITA MUNICIPAL

Legislação Tributária Municipal: 1. Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 105/2010; 2. ISSQN: Lei Complementar Municipal nº 172/2017; 3. IPTU – Lei Municipal nº 535/2009, Cadastro Técnico Imobiliário: Decreto Municipal nº 5.869/2020, Planta Genérica dos Valores Imobiliários: Lei Municipal nº 1.069/2017, Isenções: Lei Complementar Municipal nº 71/2010, Lei Complementar Municipal nº 113/2011, Lei Complementar Municipal nº 1137/2018. 4. ITBI – Lei Municipal nº 106/1994, Título VI; 5. Taxas – Lei Municipal nº 511/2009, Isenções: Lei Municipal nº 70/2010; 6. Dívida Ativa – Decreto Municipal nº 6.091/2021, Compensação e Restituição: Decreto Municipal 3.065/2012. 7. **Uso e Ocupação do Solo Urbano:** Lei Complementar Municipal nº 93/2011. **Legislação Tributária Federal:** 1. Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966; 2. Cobrança Judicial da Dívida Ativa: Lei Federal nº 6.830/1980; 3. Protesto Extrajudicial: Lei Federal nº 9.492/1997. 4. ISSQN – Lei Complementar Federal nº 116/2003. **Noções de Contabilidade Pública:** 1. Conceito, objeto, campo de aplicação e finalidades. 2. Receita Pública: Conceitos, estágios, classificações, regimes de contabilização, dívida ativa. 3. Despesa Pública: Conceitos, estágios, classificações, regimes de contabilização, restos a pagar, suprimento de fundos. 4. Lei nº 4.320/1964. 5. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. **Noções de Orçamento Público:** Conceitos, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Créditos adicionais. **Direito Tributário:** 1. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária, princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar. Matérias reservadas à previsão por lei complementar. Receitas Públicas. 2. Tributos de competência da União. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. Tributos de competência dos Municípios. Os impostos em espécie. 3. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios. 4. Legislação tributária: lei complementar, lei ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do executivo, resoluções administrativas, portarias, decisões administrativas. 5. Métodos de interpretação. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Interpretações sistemática, teleológica e outras. 6. Código Tributário



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966. 7. Tributo: definição e espécies. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais. Obrigação tributária: principal e acessória: conceito. Aspecto objetivo: fato gerador, hipótese de incidência tributária: incidência e não incidência, isenção, imunidade, domicílio tributário. Aspecto subjetivo: competência tributária, sujeito ativo. Capacidade tributária; sujeito passivo: contribuinte e responsável; responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações; substituição tributária. Elemento valorativo: base de cálculo, alíquota. Crédito tributário: lançamento: efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 8. Função socioeconômica dos tributos. 9. Sonegação Fiscal. Importância dos documentos fiscais. 10. Administração tributária: fiscalização, regulamentação, competência, limites, procedimentos. 11. Dívida ativa: certidão negativa. 12. Repetição de indébito. 13. Informações e sigilo fiscal. Noções Básicas de Topografia, Leitura de Projetos e Avaliação de Imóveis: Fundações superficiais e profundas - tipos, sondagem, execução e controle. Terraplenagem: movimentação de terra, drenagem, arruamento e pavimentação. Serviços topográficos. Leitura e interpretação de projetos arquitetônico, estrutural, de instalações prediais e de obras complementares. Diretrizes para avaliação de bens. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6122:2010 - Projeto e execução de fundações - Esta Norma estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil.

ABNT NBR 6462 - Representação de projetos de arquitetura - Esta Norma fixa as condições exigíveis para representação gráfica de projetos de arquitetura, visando à sua boa compreensão.

ABNT NBR 13133 - execução de levantamento topográfico - Esta Norma fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico destinado a obter: a) conhecimento geral do terreno: relevo, limites, confrontantes, área, localização, amarração e posicionamento; b) informações sobre o terreno destinadas a estudos preliminares de projetos; c) informações sobre o terreno destinadas a anteprojetos ou projetos básicos; d) informações sobre o terreno destinadas a projetos executivos.

ABNT NBR 14653-1 - apresenta as diretrizes para avaliação - Esta parte da NBR 14653 fixa as diretrizes para avaliação de bens, quanto a: a) classificação da sua natureza; b) instituição de terminologia, definições, símbolos e abreviaturas; c) descrição das atividades básicas; d) definição da metodologia básica; e) especificação das avaliações; f) requisitos básicos de laudos e pareceres técnicos de avaliação.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BAUER, L. A. F. Materiais de Construção. Vol 1. 5ª ed. São Paulo: LTC, 1988.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

DEER. Manual de Fiscalização de Obras em Vias Rurais. Disponível em: <www.deer.mg.gov.br/files/77/.../Manual-de-Fiscalizacao-de-Obras-em-Vias-Rurais.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

ESPARTEL, L. Curso de topografia. 9ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 655p.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e atualizações. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências. Brasília, DF, 11 set. 1997. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 set. 1980. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 70, de 04 de fevereiro de 2010 e atualizações. Institui isenção sobre taxas. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 71 de 04 de fevereiro de 2010 e atualizações. Institui benefícios fiscais incidentes sobre imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 93, de 20 de janeiro de



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



2011 e atualizações. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 113 de dezembro de 2011. Cria o programa “Quem Preserva Paga Menos” e modifica o último quadro do Anexo I da Lei nº 535/2009, que institui o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 14 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 172, de 29 de setembro de 2017 e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 32, de 23 de junho de 1989 e atualizações. Institui o Imposto sobre Transmissão "InterVivos" de Bens Imóveis. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 106, de 19 de dezembro de 1994, Título VI. Dispõe sobre o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato oneroso “intervivos” - ITBI. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 511, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia e pela utilização efetiva ou potencial de serviços prestados ou postos à disposição pelo poder público municipal. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.069, de 15 de dezembro de 2017. Institui a Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº. 3.065, de 07 de maio de 2012. Regulamenta os arts. 22 e 23 da Lei Complementar Municipal nº 105, de 4 de novembro de 2011, que institui o Código Tributário Municipal, estabelecendo os critérios e procedimentos para a compensação de créditos tributários. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº. 6.091, de 02 de junho de 2021. Regulamenta o art. 76 da Lei Complementar nº 105, de 25 de outubro de 2011, Código Tributário Municipal (CTM), e dispõe sobre a notificação ao contribuinte devedor e procedimentos para a cobrança da dívida ativa do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº. 5.869, de 30 de dezembro de 2020. Estabelece normas para fins de inclusão, alteração e exclusão de imóveis no Cadastro Tributário Imobiliário Municipal. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



<<https://ouopreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.137, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) as pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 93, de 20 de janeiro de 2011. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 04 de julho de 2022.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ZITA, A. L. Ética na gestão pública: Curitiba, PR. Intersaberes, 2016.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

NÍVEL SUPERIOR

[...]

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

501 – ADMINISTRADOR / 502 - ANALISTA DE REDES / 503 - ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA / 504 – ARQUITETO / 506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL / 507 – BIÓLOGO / 508 – CONTADOR / 509 - DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS / 512 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR / 513 - ENGENHEIRO AGRÔNOMO / 514 - ENGENHEIRO AMBIENTAL / 515 - ENGENHEIRO CIVIL / 516 - ENGENHEIRO GEÓLOGO / 520 – HISTORIADOR / 521 - INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA / 528 - PROCURADOR MUNICIPAL / 531 - TURISMÓLOGO

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Lei Orgânica do Município. Estatuto do Servidor do Município. Legislações de Cargos e Salários do Município. Acesso à Informação. Atribuições dos quadros de Pessoal do município. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas nesse programa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(13038\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(13038).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(1169\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(1169).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(5073\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(5073).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.073, de 26 de dezembro de 2017, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Disponível em:

<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(16711\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(16711).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]

LEIA-SE:

[...]

NÍVEL SUPERIOR

[...]

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

501 – ADMINISTRADOR / 502 - ANALISTA DE REDES / 503 - ANALISTA DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA / 504 – ARQUITETO / 507 – BIÓLOGO / 508 – CONTADOR / 509 - DESENVOLVEDOR WEB E APLICATIVOS / 512 - ENGENHEIRO AGRIMENSOR / 513 - ENGENHEIRO AGRÔNOMO / 514 - ENGENHEIRO AMBIENTAL / 515 - ENGENHEIRO CIVIL / 516 - ENGENHEIRO GEÓLOGO / 520 – HISTORIADOR / 521 - INSTRUTOR EDUCAÇÃO FÍSICA / 528 - PROCURADOR MUNICIPAL/ 531 - TURISMÓLOGO

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização do Estado: Capítulo IV - Dos Municípios - art. 29, 29-A, 30, 31 e Capítulo VII - Da Administração Pública – art. 37, 38 e 39. Poderes Administrativos (Poder vinculado, discricionário, hierárquico, de polícia, disciplinar, regulamentar etc.). Legislações de Licitação. Lei Orgânica do Município. Estatuto do Servidor do Município. Legislações



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



de Cargos e Salários do Município. Acesso à Informação. Atribuições dos quadros de Pessoal do município. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas nesse programa.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso: 04 de julho de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Bahia: Editora JusPODIVM 2020.
- MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 45.969, de 24 de maio de 2012, e atualizações. Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Disponível em:
<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45969&ano=2012>> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em:
<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(13038\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(13038).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em:
<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(1169\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(1169).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em:
<[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(5073\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(5073).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.
- OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.258, de 22 de dezembro de 2021, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025. Disponível em:
<<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

[...]



ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 502 - ANALISTA DE REDES

Redes de Computadores. Comutação por circuitos, pacotes e células. Protocolos: *ATM, Frame Relay, SNA e tecnologia MPLS*. Tipos de protocolos: *Distance vector e link state (OSPF, RIPv2.)*. *BGP: vizinhança e métricas*. Tipos de transmissão. *CSMA/CD/CA. Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet e Metro Ethernet. MAC, STP, PVSTP, RSTP, ARP, IEEE 802.1q., IEEE 802.1x. e IEEE 802.11a/b/g/n*. Equipamentos: *switches LAN, switches WAN e roteadores*. Serviços *IP: SSH, DNS, DHCP, SMTP, IMAP, LDAP, NFS, HTTP, HTTPS, FTP, NAT, NTP* e Fundamentos de *IPSec*. Segurança. Certificação Digital: *PKI/ICP*, Criptografia, Tratamento de incidentes de segurança e sistemas de detecção de intrusão. Voz sobre IP (*Codecs, RTP, Projeto em VoIP*). Videoconferência (*SIP, H323, Multicast, IGMP*) e Qualidade de Serviços (*QoS*). *MS Active Directory, LDAP, Open LDAP* e Métodos de autenticação. Fundamentos *CUPS, SAMBA* e virtualização. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

FREITAS JUNIOR, V.; COSTA, G. C.; FERNANDES, V. dos S. (organizadores). *Tecnologias e Redes de Computadores*. Sombrio: Instituto Federal Catarinense, 2017. 3ª ed.

TANENBAUM, Andrew S. “Redes de Computadores”. 4ª ed. Editora Campus, 2003.

[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 502 - ANALISTA DE REDES

Redes de Computadores. Comutação por circuitos, pacotes e células. Protocolos: *ATM, Frame Relay, SNA e tecnologia MPLS*. Tipos de protocolos: *Distance vector e link state (OSPF, RIPv2.)*. *BGP: vizinhança e métricas*. Tipos de transmissão. *CSMA/CD/CA. Ethernet, Fast Ethernet, Gigabit Ethernet e Metro Ethernet. MAC, STP, PVSTP, RSTP, ARP, IEEE 802.1q., IEEE 802.1x. e IEEE 802.11a/b/g/n*. Equipamentos: *switches LAN, switches WAN e roteadores*. Serviços *IP: SSH, DNS, DHCP, SMTP, IMAP, LDAP, NFS, HTTP, HTTPS, FTP, NAT, NTP* e Fundamentos de *IPSec*. Segurança. Certificação Digital: *PKI/ICP*, Criptografia, Tratamento de incidentes de segurança e sistemas de detecção de intrusão. Voz sobre IP (*Codecs, RTP, Projeto em VoIP*). Videoconferência (*SIP, H323, Multicast, IGMP*) e Qualidade de Serviços (*QoS*). *MS Active Directory, LDAP, Open LDAP* e Métodos de autenticação. Fundamentos *CUPS, SAMBA* e virtualização. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ELIAS, G.; LOBATO, L. C. *Arquitetura e Protocolos de Redes TCP-IP*. Disponível em:
<<http://www.lest5.com.br/lest/attachments/article/3/arquiteturaeprotocolosderedetcip.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

FREITAS JUNIOR, V.; COSTA, G. C.; FERNANDES, V. dos S. (organizadores). *Tecnologias e Redes de Computadores*. Sombrio: Instituto Federal Catarinense, 2017. 3ª ed.

PERA, B. M. *Apostila de Redes*. Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em:
<https://www1.univap.br/bruno.pera/uploads/informatica/redes/apostila_de_redes_v3.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

RIOS, R. O. *Protocolos e Serviços de Redes: Curso Técnico em Informática*. Colatina: CEAD / IFES,



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



2011. 87 P.: IL. Disponível em:

<http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_infor_comun/tec_inf/081112_protoserv_redes.pdf>
> Acesso em: 04 de julho de 2022.

SILVA, L. C. L. Um estudo sobre serviço de diretório e ferramentas de segurança da informação. Centro Universitário de Brasília. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8153/1/51203326.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

TANENBAUM, A. S. “Redes de Computadores”. 4ª ed. Editora Campus, 2003.

[...]

INCLUI-SE:

[...]

LEGISLAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO) 506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de 1990 e atualizações. Estatuto do Servidor Público do Município (Lei Complementar Municipal nº 02/2000 e alterações). Plano Diretor do Município de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 29/2006 e alterações). Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 (Lei Municipal nº 1.258/2021 e alterações). Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 (Lei Municipal nº 1.236/2021). Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Lei Complementar Municipal nº 21/2006 e alterações). **Direito Administrativo:** 1. Administração Pública: conceito, estrutura legal dos Órgãos Públicos; natureza e fins da Administração; agentes da Administração. 2. Princípios básicos da Administração: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência. Papel das políticas públicas como elemento indutor do desenvolvimento da sociedade. 3. Poderes e deveres do administrador público. 4. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 5. Atos Administrativos: conceitos e requisitos; classificação; espécies; validade; formalidade; motivação; revogação. Anulação; modificação; extinção. Controle de Legalidade. 6. Contratos Administrativos: Alteração unilateral e bilateral; Equilíbrio financeiro; Cláusulas exorbitantes; Modalidades de contratos; Extinção, prorrogação e renovação; Inexecução; Revisão, rescisão e suspensão. Dispensa e inexigibilidade de Licitação. 7. Serviços Públicos: Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Parcerias público-privadas; Requisitos do serviço e direitos do usuário; Competência para prestar o serviço; Formas e meios de prestação do serviço. 8. Os direitos do administrado. Comparação entre o controle administrativo e judiciário. Princípios básicos da defesa administrativa do contribuinte. 9. A responsabilidade civil do Estado. 10. Organização Administrativa: Administração direta e indireta; Agências executivas e reguladoras. Servidores públicos: Classificação e Regime Jurídico. 11. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores públicos; Cargos públicos; Provimento em cargo público; Direitos e vantagens dos servidores públicos; Deveres e responsabilidades; Sindicância e processo administrativo. **Direito Constitucional:** Constituição da República Federativa do Brasil: a) Princípios fundamentais e Direitos e Deveres individuais e coletivos. O habeas corpus. O mandado de segurança. O direito de petição. O mandado de injunção. A ação popular. A ação civil pública. O habeas data. b) Direitos sociais. Cidadania plena e participação político-social. c) Direitos Humanos: Direito à vida, à liberdade, à igualdade, dignidade humana e justiça. Nacionalidade. Direitos políticos. d) Organização político-administrativa. O federalismo no Brasil. Repartição de rendas. Repartição de competências. Competências constitucionais: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção nos estados e municípios. Administração pública, disposições gerais e servidores públicos civis. e) Separação de poderes. Sistemas de governo. Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Ministério Público. f) Processo legislativo. g) Defesa do Estado e as instituições democráticas. h) Princípios gerais da atividade econômica e financeira. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Orgânica do Município de Ouro Preto/MG, de 28 de março de 1990, e alterações. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 02, 14 de março de 2000, e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto - MG. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 29, de 28 de dezembro de 2006, e alterações. Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 21, de 01 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e dá outras providências. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.258, de 22 de dezembro de 2021, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <http://cmop.mg.gov.br/leis/> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Aspectos gerais de auditoria: normas, objetivo e controle de qualidade. Ética Profissional e Responsabilidade Legal. Condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria. Auditoria Interna e Externa: conceito, objetivos, responsabilidades, funções e atribuições. Planejamento e desenvolvimento do plano de auditoria. Programas de auditoria. Papéis de trabalho. Relatório de auditoria. Estratégia de auditoria, sistema de informações e controle interno. Testes de auditoria: substantivos, de observância, revisão analítica. Procedimentos de Auditoria: inspeção, observação, investigação, confirmação, cálculo, procedimentos Analíticos. Tipos de auditoria: auditoria de conformidade; auditoria operacional; auditoria de demonstrações contábeis; auditoria de sistemas financeiros; atividades de estudo e consultoria; atividades de detecção de fraude. Metodologias e habilidades em auditoria governamental: mensuração de desempenho e avaliação de programas. Governança e análise de risco. O papel da auditoria na estrutura de governança. Estrutura conceitual de análise de risco (COSO). Elementos de risco e controle. Aplicação da estrutura conceitual de análise de risco. Governança no setor público. Amostragem estatística: tipo de amostragem, tamanho da amostra, risco de amostragem, seleção da amostra, avaliação do resultado do teste. Métodos quantitativos - estatística descritiva, uso de tabelas e gráficos em relatório de auditoria, medidas de tendência central (média, moda e mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão e coeficiente de variação), revisão analítica. Métodos



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



qualitativos: entrevistas, questionários e grupo focal. Técnicas de coleta e análise de dados e pesquisas. Uso do trabalho de outros profissionais: Auditor Independente, Auditor Interno, Especialista de Outra Área. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, W. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

AUDIBRA. COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos: Estrutura Integrada. 2007. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e atualizações. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CHAVES, R. S. Auditoria e Controladoria no Setor Público, Editora: Jurua, 2009.

CRUZ, F. da. Auditoria Governamental. 3ª ed. 2007, Editora: Atlas.

CRUZ, F. da; GLOCK, J. O. Controle Interno nos Municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os Tribunais de Contas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 986/2003. Aprova a NBC T 12 – Da Auditoria Interna. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/legislacao/24201/resolucao-cfc-986-2003/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_NBC_TA_AUDITORIA.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

GIL, A. de L. Como evitar fraudes, pirataria e conivência, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAIS, H. H. G. de. Normas e Técnicas de Auditoria, 2007, Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 135, de 28 de novembro de 2013, e alterações. Cria funções gratificadas para os membros da Comissão Permanente de Licitação, da Equipe de Apoio e Pregoeiros da Superintendência de Compras e Licitações. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.073, de 26 de dezembro de 2017, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(16711\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(16711).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

SILVA, M. M. da. Curso de Auditoria Governamental, Editora: Atlas, 2009.

SPIEGEL, M. R.; STEPHENS, L. J. Estatística. Tradução José Lucimar do Nascimento. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 506 - AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

Auditoria: 1. Conceitos de auditoria e da pessoa do auditor. Responsabilidade legal. Ética profissional. Objetivos gerais do auditor independente. Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente. 2. Documentação de auditoria. Controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis. Fraudes e a responsabilidade do auditor. 3. Planejamento da auditoria. Avaliação das distorções identificadas. Execução dos trabalhos de auditoria. Materialidade e relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria. Auditoria de estimativas contábeis. Evidenciação. Amostragem. Utilização de trabalhos da auditoria interna. 4. Independência nos trabalhos de auditoria. Relatórios de auditoria. Eventos subsequentes. Normas e procedimentos de auditoria do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Testes. Uso de trabalhos técnicos de especialistas. 5. Todas as normas brasileiras de contabilidade vigentes relativas à auditoria interna, externa e pública, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. 6. Auditoria: normas brasileiras e internacionais para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. 7. Auditoria no setor público federal: finalidades e objetivos; abrangência de atuação; formas e tipos; normas relativas à execução dos trabalhos; normas relativas à opinião do auditor; relatórios e pareceres de auditoria; operacionalidade. 8. Auditoria externa: objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria; programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; amostragens estatísticas em auditoria; eventos ou transações subsequentes; revisão analítica; entrevista; circularização; conferência de cálculo; confirmação; interpretação das informações; observação; procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis; riscos de auditoria; relatórios de auditoria. **Contabilidade Geral e Avançada:** 1. Contabilidade: Conceituação, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. 2. Princípios e normas contábeis brasileiras emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 3. Componentes do patrimônio: Ativo, passivo e patrimônio líquido – conceitos, formas de avaliação e evidenciação. 4. Variação do patrimônio líquido: receita, despesa, ganhos e perdas. 5. Apuração dos resultados. Conceitos, formas de avaliação e evidenciação. 6. Escrituração contábil: Método das partidas dobradas; Contas patrimoniais e de resultado. Contabilização de operações típicas de empresas mercantis: compra, venda e alterações de valores de compra e venda. Tratamento contábil dos estoques de mercadorias – conceitos e formas de avaliação. Tipos de Inventários. Apuração do custo das mercadorias vendidas e do resultado com mercadorias. Tratamento contábil dos impostos incidentes em operações de compras e vendas e demais tributos e contribuições incidentes. 7. Demonstração do resultado do exercício: conteúdo e forma de apresentação. Apuração e procedimentos contábeis para a identificação do resultado do exercício. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados. Tratamento contábil e apuração dos resultados dos itens



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



operacionais e não-operacionais. 8. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração do valor adicionado. 9. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Direito Tributário:** 1. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária, princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar. Matérias reservadas à previsão por lei complementar. Receitas Públicas. 2. Tributos de competência da União. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. Tributos de competência dos Municípios. Os impostos em espécie. 3. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios. 4. Legislação tributária: lei complementar, lei ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do executivo, resoluções administrativas, portarias, decisões administrativas. 5. Métodos de interpretação. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Interpretações sistemática, teleológica e outras. 6. Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966. 7. Tributo: definição e espécies. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais. Obrigação tributária: principal e acessória: conceito. Aspecto objetivo: fato gerador, hipótese de incidência tributária: incidência e não incidência, isenção, imunidade, domicílio tributário. Aspecto subjetivo: competência tributária, sujeito ativo. Capacidade tributária; sujeito passivo: contribuinte e responsável; responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações; substituição tributária. Elemento valorativo: base de cálculo, alíquota. Crédito tributário: lançamento: efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 8. Função socioeconômica dos tributos. 9. Sonegação Fiscal. Importância dos documentos fiscais. 10. Administração tributária: fiscalização, regulamentação, competência, limites, procedimentos. 11. Dívida ativa: certidão negativa. 12. Repetição de indébito. 13. Informações e sigilo fiscal. **Legislação Tributária Municipal:** 1. Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 105/2010; 2. ISSQN: Lei Complementar Municipal nº 172/2017; 3. IPTU – Lei Municipal nº 535/2009, Cadastro Técnico Imobiliário: Decreto Municipal nº 5.869/2020, Planta Genérica dos Valores Imobiliários: Lei Municipal nº 1.069/2017; 4. ITBI – Lei Municipal nº 106/1994, Título VI; 5. Taxas – Lei Municipal nº 511/2009, Isenções: Lei Municipal nº 70/2010; 6. Dívida Ativa – Decreto Municipal nº 6.091/2021, Compensação e Restituição: Decreto Municipal nº 3.065/2012. **Legislação Tributária Federal:** 1. CFEM – Lei Federal nº 7.990/1989, Lei Federal nº 8.001/1990, Lei Federal nº 13.540/2017, Decreto nº 1/1991, Decreto nº 9.252/2017, Decreto nº 9.252/2017, Decreto nº 9.407/2018; 2. ITR – Lei Federal nº 9.393/1996; 3. Transferências constitucionais – Lei Complementar Federal nº 63/1990. 4. Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966; 5. Cobrança Judicial da Dívida Ativa: Lei Federal nº 6.830/1980; 6. Protesto Extrajudicial: Lei Federal nº 9.492/1997. 7. ISSQN – Lei Complementar Federal nº 116/2003. **Matemática Financeira:** 1. Conceito de juros e regimes de capitalizações. 2. Capitalização simples: cálculo de juros e montantes. 3. Valor atual e valor nominal. 4. A operação de desconto simples: racional (por dentro), comercial (por fora) e bancário. 5. Equivalência entre taxa de juro e taxa de desconto. 6. Capitalização composta: cálculo de juros e montantes. 7. Convenção linear e exponencial quando não é fracionário. 8. Taxas equivalentes e efetivas. 9. Influência da inflação: taxa real e taxa aparente. 10. Desconto composto: racional e comercial. 11. Equivalência financeira. 12. Séries finitas e infinitas (ou perpétuas) de pagamentos: postecipadas, antecipadas e diferidas. 13. Utilização de tabelas financeiras. 14. Sistemas de amortização de empréstimos: Sistema Francês – Tabela Price; Sistema de Amortização Constante (SAC) e Sistema Americano de Amortização a uma e a duas taxas (*Sinking Fund*). E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATTIE, W. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

~~AUDIBRA. COSO Gerenciamento de Riscos Corporativos: Estrutura Integrada. 2007. Disponível em: <<https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>> Acesso em: 04 de~~



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



~~julho de 2022. (Revogado)~~

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

~~BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e atualizações. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e atualizações. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e atualizações. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 set. 1980. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. COELHO, S. C. N. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CHAVES, R. S. Auditoria e Controladoria no Setor Público, Editora: Jurua, 2009.

~~CRUZ, F. da. Auditoria Governamental. 3ª ed. 2007, Editora: Atlas. (Revogado)~~

~~CRUZ, F. da; GLOCK, J. O. Controle Interno nos Municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os Tribunais de Contas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. (Revogado)~~



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 986/2003. Aprova a NBC T 12 – Da Auditoria Interna. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/legislacao/24201/resolucao-cfc-986-2003/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA – de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810/ Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_NBC_TA_AUDITORIA.pdf> Acesso em: 04 de julho de 2022.

DI PIETRO, M. S. Z. Manual de Direito Administrativo. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GIL, A. de L. Como evitar fraudes, pirataria e conivência, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

~~MORAIS, H. H. G. de. Normas e Técnicas de Auditoria, 2007, Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais. (Revogado)~~

MACHADO, H. B. Curso de Direito Tributário. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 135, de 28 de novembro de 2013, e alterações. Cria funções gratificadas para os membros da Comissão Permanente de Licitação, da Equipe de Apoio e Pregoeiros da Superintendência de Compras e Licitações. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011 e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal de Ouro Preto/MG. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 172, de 29 de setembro de 2017 e atualizações. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Complementar Municipal nº 70, de 04 de fevereiro de 2010 e atualizações. Institui isenção sobre taxas. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 535, de 21 de dezembro de 2009 e atualizações. Institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 106, de 19 de dezembro de 1994, Título VI. Dispõe sobre o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato oneroso “intervivos” - ITBI. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 511, de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia e pela utilização efetiva ou potencial de serviços prestados ou postos à disposição pelo poder público municipal. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.069, de 15 de dezembro de 2017. Institui a Planta Genérica de Valores Imobiliários do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº 6.091, de 02 de junho de 2021. Regulamenta o art. 76 da Lei Complementar nº 105, de 25 de outubro de 2011, Código Tributário Municipal (CTM), e dispõe sobre a notificação ao contribuinte devedor e procedimentos para a cobrança da dívida ativa do Município de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Decreto Municipal nº 5.869, de 30 de dezembro de 2020. Estabelece normas para fins de inclusão, alteração e exclusão de imóveis no Cadastro Tributário Imobiliário Municipal. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/diario>> Acesso em: 01 de agosto de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.073, de 26 de dezembro de 2017, e alterações. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(16711\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(16711).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

SABBAG, E. Manual de Direito Tributário. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VICENTE, P.; ALEXANDRINO, M. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

~~SILVA, M. M. da. Curso de Auditoria Governamental, Editora: Atlas, 2009. (Revogado)~~

~~SPIEGEL, M. R.; STEPHENS, L. J. Estatística. Tradução José Lucimar do Nascimento. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Revogado)~~

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 508 - CONTADOR

Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, receitas de competência dos municípios, classificação, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificação, licitação, regime de adiantamento. Estágios de execução e regime de contabilização. Orçamento público: Conceito e Princípios orçamentários. Exercício Financeiro. Créditos Adicionais. Antecipação de Receitas orçamentárias. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Restos a pagar. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações Contábeis segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – Federação 2020. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Despesas com Pessoal, Transferências Voluntárias, Destinação de recursos públicos para o setor privado, da Dívida e do endividamento, Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, Restos a pagar,



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



Da Transparência, controle e Fiscalização: Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Relatório de Gestão Fiscal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8ª ed. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>> Acesso em: 04 de julho de 2022

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2020/114?ano_selecionado=2020> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, e atualizações. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs TSP 01 a NBC TSP 16. / Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. 1952 – Orçamento público: planejamento, elaboração e controle / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85

FEIJÓ, P. H. Entendendo as demonstrações aplicadas ao setor público. 1ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2017. ISBN 978-85-62880-18-6 1. GIACOMONI, J. Orçamento público. James Giacomoni. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública / Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.

REIS, H. da C.; MACHADO JR., J. T. A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 35ª ed. Lumen Juris, IBAM.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC) / Valmor Slomski. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011, e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal. Alterações: Lei Complementar - 200 de 2021, Lei Complementar - 201 de 2021 Lei Complementar - 206 de 2022 (Regulamentação - Decreto Executivo - 2790 de 27 de outubro de 2011 - Decreto Executivo - 2635 de 24 de maio de 2011 - Decreto Executivo - 2634 de 24 de maio de 2011 - Decreto Executivo - 2829 de 14 de dezembro de 2011 / Decreto Executivo - 2828 de 14 de dezembro de 2011). Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(12807\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(12807).html)> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 165, de 20 de julho de 2016, e atualizações. Institui o Fundo Municipal de Modernização da Administração Tributária (FMAT). Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em: <https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]



LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 508 - CONTADOR

Contabilidade pública: conceito, objeto, objetivos, princípios, regimes, campos de aplicação. Receitas Públicas: Conceitos, receitas de competência dos municípios, classificação, estágios de execução, restituição e anulação de receitas, regime de contabilização e Dívida ativa. Despesas Públicas: Conceitos, classificação, licitação, regime de adiantamento. Estágios de execução e regime de contabilização. Orçamento público: Conceito e Princípios orçamentários. Exercício Financeiro. Créditos Adicionais. Antecipação de Receitas orçamentárias. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Restos a pagar. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações Contábeis segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – Federação 2020. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): Despesas com Pessoal, Transferências Voluntárias, Destinação de recursos públicos para o setor privado, da Dívida e do endividamento, Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, Restos a pagar, Da Transparência, controle e Fiscalização: Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Relatório de Gestão Fiscal. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9ª ed. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26> Acesso em: 10 de agosto de 2022

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2019. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2020/114?ano_selecionado=2020 Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e atualizações. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e atualizações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e atualizações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e atualizações. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm Acesso em: 04 de julho de 2022.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



~~BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e atualizações. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e atualizações. República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

~~CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, e atualizações. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 04 de julho de 2022. (Revogado)~~

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Nomas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília-DF. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>> Acesso em: 10 de agosto de 2022

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. 1952 – Orçamento público: planejamento, elaboração e controle / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 978-85

FEIJÓ, P. H. Entendendo as demonstrações aplicadas ao setor público. 1ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2017. ISBN 978-85-62880-18-6 1. GIACOMONI, J. Orçamento público. James Giacomoni. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública / Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.

REIS, H. da C.; MACHADO JR., J. T. A Lei nº 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 35ª ed. Lumen Juris, IBAM.

~~SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC) / Valmor Slomski. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Revogado)~~

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 105, de 25 de outubro de 2011, e atualizações. Institui o Código Tributário Municipal. Alterações: Lei Complementar - 200 de 2021, Lei Complementar - 201 de 2021 Lei Complementar - 206 de 2022 (Regulamentação - Decreto Executivo - 2790 de 27 de outubro de 2011 - Decreto Executivo - 2635 de 24 de maio de 2011 - Decreto Executivo - 2634 de 24 de maio de 2011 - Decreto Executivo - 2829 de 14 de dezembro de 2011 / Decreto Executivo - 2828 de 14 de dezembro de 2011). Disponível em: <[https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt\(12807\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(12807).html)> Acesso em: 04 de julho



CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG

EDITAL Nº 01/2022



de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 165, de 20 de julho de 2016, e atualizações. Institui o Fundo Municipal de Modernização da Administração Tributária (FMAT). Disponível em: <<http://cmop.mg.gov.br/leis/>> Acesso em: 04 de julho de 2022.

OURO PRETO. Câmara Municipal de Ouro Preto. Lei Municipal nº 1.236, de 19 de julho de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências. Disponível em:
<https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/d4063be79ebff9bd539b7841bc764cdc.html>
Acesso em: 04 de julho de 2022.

[...]

ONDE SE LÊ:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 518 - FISIOTERAPEUTA

Função e disfunção dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos; Anatomia funcional e palpatória; Semiologia; Fisiologia e Fisiopatologia: respiratória, cardiovascular, neurofisiologia, fisiologia articular e do envelhecimento; Cinesilogia e cinesioterapia; Epidemiologia, bioética e processo saúde-doença; Ciências sociais e humanas; Princípios epidêmicos da saúde pública e saúde coletiva; Recursos terapêuticos, no âmbito ambulatorial; Suporte básico de vida; Avaliação e conduta fisioterapêutica nas diversas patologias (métodos e técnicas): pulmonares, cardiovasculares, reumatológicas, geriátricas, traumato-ortopédicas, neurológicas, pediátricas, dermatológicas, ginecológica e obstetrícia; Fisioterapia preventiva; Oxigenoterapia; Prótese, órtese e tecnologia assistiva; Indicação e tipos de auxílio à locomoção; Atenção do pé diabético; Ética e deontologia profissional. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os NASFs – Núcleo de Atenção Integral à Saúde da Família. Brasil, 2008. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 699, de 30 de março de 2006. Política de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0699_30_03_2006_comp.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde: Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Atenção à pessoa portadora de deficiência no Sistema Único de Saúde: planejamento e organização dos serviços. Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. E atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – COFFITO. Resolução nº 424, de 8 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia. Diário Oficial [da] União,



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



Brasília, DF, 1º ago. 2013.

GIL, C. R. R. Formação de recursos humanos em saúde da família: paradoxos e perspectivas. Cad. Saúde Pública, v.21 nº 2, p.490-8, 2005.

FREITAS, E. V. *et al.* Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006. HOFF, P. M. G. (Ed.).

KAPANDJI, I. A. Fisiologia articular. São Paulo: Manole, 1990.

KENDALL, F. P.; MC CREARY, E. K.; PROVANCE, P. G. Músculos: provas e funções. 4ª ed. São Paulo: Manole, 1995.

KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2015.

SULLIVAN, S. B. Fisioterapia, avaliação e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

TARANTINO A. B. Doenças pulmonares. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

MAGEE, D. J. Avaliação Musculoesquelética. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2005
[...]

LEIA-SE:

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 518 - FISIOTERAPEUTA

Função e disfunção dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos; Anatomia funcional e palpatória; Semiologia; Fisiologia e Fisiopatologia: respiratória, cardiovascular, neurofisiologia, fisiologia articular e do envelhecimento; Cinesioterapia e cinesioterapia; Epidemiologia, bioética e processo saúde-doença; Ciências sociais e humanas; Princípios epidêmicos da saúde pública e saúde coletiva; Recursos terapêuticos, no âmbito ambulatorial; Suporte básico de vida; Avaliação e conduta fisioterapêutica nas diversas patologias (métodos e técnicas): pulmonares, cardiovasculares, reumatológicas, geriátricas, traumato-ortopédicas, neurológicas, pediátricas, dermatológicas, ginecológica e obstetrícia; Fisioterapia preventiva; Oxigenoterapia; Prótese, órtese e tecnologia assistiva; Indicação e tipos de auxílio à locomoção; Atenção do pé diabético; Ética e deontologia profissional. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Cria os NASFs – Núcleo de Atenção Integral à Saúde da Família. Brasil, 2008. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 699, de 30 de março de 2006. Política de Promoção da Saúde. Brasília, 2006. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0699_30_03_2006_comp.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde: Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Atenção à pessoa portadora de deficiência no Sistema Único de Saúde: planejamento e organização dos serviços.



**CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO E
SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG**

EDITAL Nº 01/2022



Brasília: Secretaria de Assistência à Saúde, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. E atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 04 de julho de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL – COFFITO. Resolução nº 424, de 8 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 1º ago. 2013.

GIL, C. R. R. Formação de recursos humanos em saúde da família: paradoxos e perspectivas. Cad. Saúde Pública, v.21 nº 2, p.490-8, 2005.

FREITAS, E. V. *et al.* Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006. HOFF, P. M. G. (Ed.).

KAPANDJI, I. A. Fisiologia articular. São Paulo: Manole, 1990.

KENDALL, F. P.; MC CREARY, E. K.; PROVANCE, P. G. Músculos: provas e funções. 4ª ed. São Paulo: Manole, 1995.

KITCHEN, S. Eletroterapia: prática baseada em evidências. 11ª Ed. Barueri: Manole, 2003.

KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2015.

MAGEE, D. J. Avaliação Musculoesquelética. 4ª Ed. São Paulo: Manole, 2005.

NORDIN, M.; FRANKEL. Biomecânica básica do sistema musculoesquelético. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

NORKIN, C. C.; LEVANGIE, P. K. Articulações: estrutura e função – uma abordagem prática e abrangente. 2ª Ed. Rio de Janeiro: REVINTER, 2001.

LEVITZKY, M.G. Fisiologia Pulmonar. 6ª Ed. Barueri: Manole, 2004.

SULLIVAN, S. B. Fisioterapia, avaliação e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

TARANTINO A. B. Doenças pulmonares. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

WEST, J. B. Fisiologia respiratória. 9ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
[...]

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

Ouro Preto, 10 de agosto de 2022.

**ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE OURO PRETO/MG**